



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Assistente Técnico Fazendário**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A persistência é o caminho do êxito em qualquer dificuldade.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões objetivas, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS da Prova Objetiva, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



**CONHECIMENTOS BÁSICOS**  
**Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

*Inovação sempre foi algo fundamental para o sucesso das empresas. Na atualidade, a capacidade de inovação se tornou questão de sobrevivência para a maioria das empresas, independentemente da atividade da organização. Não me refiro apenas àquelas empresas ligadas à tecnologia que notoriamente possuem inovação em seu DNA. Supermercados estão inovando. Empresas de construção civil estão inovando. Seja em relação ao produto ou ao serviço, à maneira de interagir com os clientes ou às estratégias que serão implementadas para conquistar mercado, todas as empresas que pretendem crescer buscam inovar.*

*Ao contrário do que possa parecer, a habilidade de inovar requer muita disciplina. A ideia de que a inspiração precisa “baixar” para se poder inovar ou ser criativo é um mito. Mesmo parecendo um contrassenso, você pode desrespeitar todas as regras, porém de maneira disciplinada.*

*O compositor austríaco Schoenberg desafiou todas as convenções da composição quando criou, no início do século XX, uma nova maneira de compor que se tornou conhecida como dodecafonismo. Mesmo que as composições de Schoenberg possam a princípio parecer difíceis de apreciar, a história da música reservou-lhe um lugar de destaque como um dos grandes compositores do século XX. Para desenvolver seu método revolucionário de compor, Schoenberg estudou com muita disciplina todas as técnicas de composição tradicionais e foi testando novas possibilidades até chegar ao dodecafonismo. Não foi algo que simplesmente aconteceu da noite para o dia.*

(Adaptado de: GRINBERG, Renato. **A excelência do olho de tigre**. São Paulo: Editora Gente, 2016. edição digital).

1. Considere as afirmações abaixo.

- I. A referência a Schoenberg é um argumento que corrobora a ideia do autor de que a capacidade de inovar surge de maneira inesperada e abrupta a pessoas de imensurável talento.
- II. O autor refuta a noção de que apenas empresas ligadas à inovação tecnológica são capazes de recorrer a soluções criativas para ampliar seus negócios.
- III. A afirmação *Não foi algo que simplesmente aconteceu da noite para o dia* respalda o argumento, exposto anteriormente no texto, de que *a habilidade de inovar requer muita disciplina*.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

2. Está correta a **redação** da frase adaptada do texto que se encontra em:

- (A) As convenções da composição foram desafiadas por Schoenberg, um compositor austríaco, quando criou o dodecafonismo no início do século XX.
- (B) Todas as empresas às quais pretendam crescer, buscam inovar, seja na maneira de interagir com os clientes ou nas estratégias implementadas para conquistar mercado.
- (C) Na atualidade, a capacidade de sobrevivência da maioria das empresas dependem da inovação, algo que sempre foi fundamental para o crescimento das mesmas.
- (D) Conquanto pareça paradoxal, é condição primordial para que se desrespeite todas as regras que isso seja feito com disciplina e método.
- (E) Foi testado por Schoenberg, à partir do estudo disciplinado de todas as técnicas de composição tradicionais, muitas possibilidades de composição até se chegar ao dodecafonismo.

3. – *Não me refiro apenas àquelas empresas ligadas à tecnologia que notoriamente possuem inovação em seu DNA...* (1º parágrafo)

– *...uma nova maneira de compor que se tornou conhecida como dodecafonismo...* (3º parágrafo)

– *...as composições de Schoenberg possam a princípio parecer difíceis de apreciar, a história da música reservou-lhe um lugar de destaque...* (3º parágrafo)

Os elementos sublinhados nas frases acima remetem, respectivamente, a:

- (A) *empresas* – *dodecafonismo* – *Schoenberg*
- (B) *tecnologia* – *dodecafonismo* – *composições*
- (C) *empresas* – *uma nova maneira de compor* – *Schoenberg*
- (D) *tecnologia* – *uma nova maneira de compor* – *Schoenberg*
- (E) *empresas* – *dodecafonismo* – *composições*



4. Identifica-se ocorrência de forma verbal na voz **passiva** no seguinte segmento:
- (A) *estratégias que serão implementadas para conquistar mercado*
  - (B) *Schoenberg desafiou todas as convenções da composição*
  - (C) *Empresas de construção civil estão inovando*
  - (D) *Ao contrário do que possa parecer*
  - (E) *foi testando novas possibilidades*
- 
5. Está plenamente correta a **redação** do comentário que se encontra em:
- (A) Buscado por todos os setores da economia, assim como também por outros segmentos da sociedade, hoje a inovação ocupa lugar de destaque nas metas empresariais.
  - (B) O conceito de inovação, a apenas duas décadas, estava associado, quase que exclusivamente ao setor secundário da economia, principalmente ao lançamento de produtos relacionados à tecnologia.
  - (C) Vêm sendo registrados avanços importantes no estabelecimento de parcerias que visem a fomentar a cooperação entre empresas e institutos de pesquisa dedicados à disseminação de novos conhecimentos.
  - (D) Não apenas na gestão de empresas, mas diversas esferas do poder público, estão em busca de medidas inovadoras no qual lhe permita atender à demanda da cidadania.
  - (E) É intenso o envolvimento das ciências da computação e da natureza no processo de inovação, cujo o avanço é insólito, devido o elevado potencial de alavancagem através da tecnologia.
- 

Atenção: Considere a entrevista abaixo para responder às questões de números 6 a 10.

**1. La Lettre** – O centésimo aniversário de Claude Lévi-Strauss e a grande atenção que suscita revelam a posição excepcional que ocupa o autor de *Tristes trópicos*, uma das grandes figuras do pensamento do século XX. Qual é o papel de Lévi-Strauss?

**2. Eduardo Viveiros de Castro** – Lévi-Strauss é um intelectual que excede amplamente o quadro de sua disciplina, embora tenha sempre se preocupado em só falar como antropólogo. Lévi-Strauss é uma referência de seu tempo.

**3. La Lettre** – *Tristes trópicos* se apresenta como um testemunho nostálgico de um mundo que está em via de desaparecer, uma vez que a assim chamada civilização destrói a diversidade cultural e os biótopos.

**4. Eduardo Viveiros de Castro** – Lévi-Strauss parece pensar que a espécie está vivendo seus últimos séculos, visto que causa danos irreversíveis ao meio ambiente. Nossa espécie já enfrentou situações piores. Contudo, há motivo para inquietação. Como gerir a expansão demográfica neste momento em que a superpopulação oferece um perigo para nós mesmos? Talvez estejamos diante de um impasse antropológico, que é também biológico. A distinção entre natureza e cultura se apagou: se havia dúvida sobre o fato de essas duas "ordens" estarem imbricadas, agora não há mais. Vemos que a cultura é uma força natural, e que a natureza está envolvida em redes culturais. Portanto, é absurdo tentar distingui-las.

Talvez sejamos a única espécie em risco de se extinguir sabendo disso de antemão. Concomitantemente, no campo da ficção científica vai se desenvolvendo todo um imaginário em torno da salvação da espécie. A ficção científica é a metafísica popular do nosso tempo, nossa nova mitologia.

Lévi-Strauss insistia na convergência entre o pensamento selvagem e a vanguarda da ciência. Parece que o mais primitivo e o mais avançado se juntam desde o auge da modernidade.

(Trecho adaptado de entrevista com Eduardo Viveiros de Castro. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br))

6. Considerado o contexto, o segmento com valor **concessivo** está em:
- (A) *visto que causa danos irreversíveis ao meio ambiente*
  - (B) *uma vez que traz a ideia de que a assim chamada civilização destrói a diversidade cultural*
  - (C) *Contudo, há motivo para inquietação*
  - (D) *Portanto, é absurdo tentar distingui-las*
  - (E) *embora tenha sempre se preocupado em só falar como antropólogo*
-



7. Em seus comentários, o entrevistado assinala
- (A) a resignação frente ao destino humano retratada em obras de ficção científica.
  - (B) a necessidade de distinguir os impulsos naturais dos culturais.
  - (C) as medidas que devem ser tomadas frente ao surgimento de uma superpopulação.
  - (D) a divergência entre os objetivos do pensamento selvagem e os da vanguarda da ciência.
  - (E) a estreita relação entre natureza e cultura.
- 
8. Infere-se corretamente do texto:
- (A) A valorização da diversidade cultural configura-se como uma tentativa de reverter as consequências negativas geradas pelos danos ao meio ambiente, uma vez que diferentes soluções surgem de diferentes povos.
  - (B) Os avanços advindos das conquistas da alta tecnologia são capazes de conter as consequências negativas suscitadas pelo excesso populacional que se presencia na atualidade.
  - (C) Com base no pressuposto de que a espécie humana já superou diversas adversidades, a obra *Tristes trópicos* propõe que se busquem no passado soluções para as questões do presente.
  - (D) Direciona-se para o campo da ficção científica a necessidade de explicar aspectos da condição humana atual e de vislumbrar soluções para problemas concretos com que depara a humanidade.
  - (E) É necessário criar redes culturais capazes de controlar a intervenção humana no meio ambiente, de modo a garantir a permanência da expansão demográfica.
- 
9. *Nossa espécie já enfrentou situações piores. Contudo, há motivo para inquietação.*
- Mantendo-se as relações de sentido, as frases acima articulam-se com correção, em um único período, do seguinte modo:
- (A) Não haveria motivo, para inquietação, caso já não tivessem enfrentado situações piores.
  - (B) Como nossa espécie já enfrentara situações piores, há motivo para inquietação.
  - (C) Apesar de nossa espécie já ter enfrentado situações piores, há motivo para inquietação.
  - (D) Há motivo para inquietação, eis que situações piores já enfrentaram nossa espécie.
  - (E) Há motivo para inquietação, por conseguinte, nossa espécie já enfrentou situações piores.
- 
10. O verbo em destaque deve sua flexão ao termo sublinhado em:
- (A) *Como gerir a expansão demográfica neste momento em que a superpopulação **oferece** um perigo para nós mesmos?*
  - (B) *Lévi-Strauss parece pensar que a espécie está vivendo seus últimos séculos, visto que **causa** danos irreversíveis ao meio ambiente.*
  - (C) *...se **havia** dúvida sobre o fato de essas duas "ordens" estarem imbricadas...*
  - (D) *Concomitantemente, no campo da ficção científica **vai** se desenvolvendo todo um imaginário em torno da salvação da espécie.*
  - (E) *O centésimo aniversário de Claude Lévi-Strauss e a grande atenção que suscita **revelam** a posição excepcional que ocupa o autor de Tristes trópicos...*
- 
11. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário:
- (A) Existe sociedades cuja atitude em relação a história é muito diferente daquela considerada correta pela ocidental.
  - (B) Não há por que supor que todas as sociedades entendam os conceitos de natureza e cultura da mesma maneira.
  - (C) Obras de ficção científica tem sido considerado um recurso facilitador para o ensino de ciências.
  - (D) Costuma ser associado à avanços tecnológicos do século XX o aumento elevado e incessante da população.
  - (E) É provável que todos intuem de que a perda de sustentabilidade em ambientes naturais podem se tornar irreversíveis.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 12 a 15.

1. *A ideia do triunfo da democracia ficou associada à obra de Francis Fukuyama. Em controverso ensaio publicado nos anos 1980, Fukuyama afirmava que o encerramento da Guerra Fria levaria à “universalização da democracia liberal ocidental como forma definitiva de governo humano”. O triunfo da democracia, proclamou numa frase que veio a condensar o otimismo de 1989, marcaria o “fim da história”.*
2. *Muitos criticaram Fukuyama por sua suposta ingenuidade. Alguns alegavam que a democracia liberal estava longe de ser implementada em larga escala, porquanto muitos países se mostrariam resistentes a essa ideia importada do Ocidente. Outros afirmavam que era cedo para prever que tipo de avanço a engenhosidade humana seria capaz de conceber: talvez a democracia liberal fosse apenas o prelúdio de outras formas de governo, mais justas e esclarecidas.*
3. *A despeito das críticas sofridas, o pressuposto fundamental de Fukuyama se revelou de enorme influência. A maioria dos cientistas políticos acreditava que a democracia liberal permaneceria inabalável em certos redutos, ainda que o sistema não triunfasse no mundo todo. Na verdade, a maior parte dos cientistas políticos, embora evitando fazer grandes generalizações sobre o fim da história, chegou mais ou menos à mesma conclusão de Fukuyama.*
4. *Impressionados com a estabilidade das democracias ricas, cientistas políticos começaram a conceber a história do pós-guerra como um processo de consolidação democrática. Para sustentar uma democracia duradoura, o país devia atingir níveis altos de riqueza e educação. Tinha de construir uma sociedade civil forte e assegurar a neutralidade de instituições de Estado fundamentais. Todos esses objetivos frequentemente se revelaram fugidios. Mas a recompensa que acenava no horizonte era tão valiosa quanto peregrina. A consolidação democrática, segundo essa visão, era uma via de mão única.*

(Adaptado de: MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. Trad. Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, edição digital.)

12. Atente para as afirmações abaixo.

- I. A tese de Fukuyama foi criticada, entre outros, por aqueles que consideravam que diversos países oporiam resistência à ideia de implementar um sistema democrático.
- II. A teoria do “fim da história” parte do pressuposto de que, finda a Guerra Fria, o sistema liberal-democrático ocidental seria implementado em escala global.
- III. Ao afirmar que *Todos esses objetivos frequentemente se revelaram fugidios* (4º parágrafo), o autor enaltece o caráter peregrino das democracias consolidadas.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) III.

13. Considerado o contexto, exprime noção de **finalidade** o segmento que se encontra em:

- (A) *Para sustentar uma democracia duradoura...* (4º parágrafo)
- (B) *... ainda que o sistema não triunfasse no mundo todo...* (3º parágrafo)
- (C) *A despeito das críticas sofridas...* (3º parágrafo)
- (D) *... porquanto muitos países se mostrariam resistentes a essa ideia...* (2º parágrafo)
- (E) *... embora evitando fazer grandes generalizações sobre o fim da história...* (3º parágrafo)

14. Quanto à pontuação e ao emprego de crase, está plenamente correta a frase que se encontra em:

- (A) O fim da Guerra Fria traria como forma definitiva de governo, à universalização da democracia liberal ocidental.
- (B) Atrelada às necessidades de construir uma sociedade civil forte, havia a necessidade de assegurar a neutralidade de instituições de Estado fundamentais.
- (C) O sistema político se estabilizava, à medida que, um país passava a ser rico e, ao mesmo tempo, democrático.
- (D) Cientistas políticos, impressionados com a estabilidade sem paralelo das democracias ricas viram no pós-guerra um período de consolidação democrática.
- (E) A controversa obra de Francis Fukuyama associou-se, no pensamento político, à ideais do triunfo da democracia.

15. Está correta a **redação** do seguinte comentário:

- (A) Tem se revelado estáveis em diferentes regiões do mundo, democracias consolidadas com o fim da Segunda Guerra Mundial.
- (B) Acompanham períodos de estabilidade democrática, um rápido aumento no padrão de vida, o que alimenta nos cidadãos a esperança de um futuro promissor.
- (C) Alguns questionam se a deterioração de determinadas condições econômicas colocam em risco as conquistas democráticas de uma nação.
- (D) Cientistas políticos questionam, se a estabilidade pregressa da democracia teria sido ocasionada por certas condições que atualmente já não se vê.
- (E) Observam-se, desde o advento das democracias modernas, melhorias crescentes nas condições socioeconômicas da população.

**Matemática e Raciocínio Lógico**

16. Adriana, Bianca, Carla e Daniela almoçaram juntas em um restaurante. Adriana pagou  $\frac{1}{3}$  do total da conta, Bianca pagou  $\frac{1}{4}$  do total da conta e Carla pagou  $\frac{1}{5}$  do total da conta. Se restaram R\$ 39,00 para Daniela totalizar a conta, então o valor total da conta foi de
- (A) R\$ 180,00.  
(B) R\$ 120,00.  
(C) R\$ 156,00.  
(D) R\$ 221,00.  
(E) R\$ 245,00.
- 
17. Fernando pagou R\$ 100,00 de conta de água e R\$ 120,00 de conta de luz referentes ao consumo no mês de janeiro. Se a conta de água sofreu redução mensal de 15% nos meses de fevereiro e março subsequentes, e a conta de luz sofreu aumento mensal de 10% nesses dois meses, para pagar as contas de água e de luz referentes ao consumo no mês de março, Fernando gastou, no total,
- (A) R\$ 2,55 a menos do que gastou nas contas referentes ao consumo no mês de janeiro.  
(B) R\$ 4,00 a mais do que gastou nas contas referentes ao consumo no mês de janeiro.  
(C) R\$ 1,75 a mais do que gastou nas contas referentes ao consumo no mês de janeiro.  
(D) R\$ 6,00 a menos do que gastou nas contas referentes ao consumo no mês de janeiro.  
(E) R\$ 0,65 a mais do que gastou nas contas referentes ao consumo no mês de janeiro.
- 
18. Paulo deseja pintar um muro de 440 metros quadrados de área total e foi informado que são necessários 30 L de tinta para pintar uma área de 120 metros quadrados. A tinta é vendida apenas em latas de 18 L ao preço de R\$ 280,00 a lata. O mínimo que Paulo necessita gastar para adquirir uma quantidade suficiente de tinta para pintar o muro é
- (A) R\$ 1.680,00.  
(B) R\$ 1.960,00.  
(C) R\$ 2.240,00.  
(D) R\$ 1.820,00.  
(E) R\$ 1.120,00.
- 
19. Para a festa de aniversário de seu filho, Simone seguiu as instruções no rótulo de uma garrafa de suco de uva concentrado e misturou seu conteúdo com água na proporção de  $\frac{2}{3}$  de água e  $\frac{1}{3}$  de suco concentrado, em volume, obtendo, assim, 900 mL de refresco de uva. Ao notar que o número de crianças na festa seria maior do que o que previra, Simone diluiu um pouco mais o refresco, misturando mais água, de forma que, depois da diluição, a parte do volume que correspondia a água ficou sendo  $\frac{3}{4}$ . O volume de refresco obtido após a diluição foi de
- (A) 2,1 L.  
(B) 1,5 L.  
(C) 1,8 L.  
(D) 1,2 L.  
(E) 2,4 L.
- 
20. Uma loja vende chaveiros em formato quadrado ou redondo, nas cores azul ou amarelo. Em um determinado mês, essa loja vendeu 27 chaveiros redondos. Sabendo que o total de chaveiros azuis vendidos nesse mês foi de 17, dos quais 15 são quadrados, e que  $\frac{1}{6}$  dos chaveiros amarelos vendidos são quadrados, é correto concluir que o total de chaveiros vendidos pela loja nesse mês foi de
- (A) 51.  
(B) 48.  
(C) 50.  
(D) 49.  
(E) 47.



21. Em um curso preparatório para vestibulares, todos os professores que ensinam física ou química ensinam também matemática, e nenhum dos professores que ensinam biologia ensina também matemática. Logo,
- (A) nenhum dos professores que ensinam física ensina também biologia.
  - (B) todos os professores que ensinam tanto física quanto química ensinam também biologia.
  - (C) há professores que ensinam química e biologia.
  - (D) todos os professores que ensinam matemática e não ensinam química ensinam biologia.
  - (E) há professores que ensinam física e biologia.
- 
22. Aos domingos,
- como pizza no jantar ou não tomo açaí,
  - corro ou jogo futebol e
  - tomo açaí ou não corro.
- Se, no último domingo, não joguei futebol, então
- (A) corri e não comi pizza no jantar.
  - (B) não corri e comi pizza no jantar.
  - (C) não comi pizza no jantar e não tomei açaí.
  - (D) não corri e não tomei açaí.
  - (E) corri e tomei açaí.
- 
23. Em uma determinada secretaria municipal no Brasil, do total de 49 servidores, há 21 deles que não falam nenhum idioma estrangeiro; os demais falam inglês ou espanhol ou ambos. Se 13 falam espanhol e 22, inglês, então o número de servidores que falam apenas espanhol é
- (A) 4.
  - (B) 2.
  - (C) 6.
  - (D) 8.
  - (E) 10.

#### Noções de Informática

24. Um assistente pretende localizar uma imagem específica para acrescentá-la em um relatório, em um computador com o sistema operacional Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão para a língua portuguesa. Porém, a imagem se encontra em uma pasta juntamente com muitas outras, e o seu nome possui apenas letras e números, dificultando a sua localização. Uma maneira de localizar com mais facilidade essa imagem é configurar e utilizar um recurso do Explorador de Arquivos, que se chama
- (A) Detalhes.
  - (B) Ícones Grandes.
  - (C) Painel de Detalhes.
  - (D) Painel de Visualização.
  - (E) Visualizador de Arquivos.
- 
25. O chefe solicitou a um assistente a elaboração de um relatório sobre os problemas do seu departamento para encaminhar para a diretoria da empresa. Esse assistente utilizará o Microsoft Word 2013, em sua configuração padrão para a língua portuguesa, para a elaboração desse relatório. Um recurso que esse editor possui para auxiliar na escrita de um texto com maior riqueza de vocabulário é o fornecimento de sinônimos para as palavras. Para obter sinônimos de uma palavra, esse assistente deve, supondo o mouse do computador em sua configuração padrão,
- (A) clicar com o botão direito do mouse na palavra para a qual deseja obter sinônimos, selecionar o item Sinônimo na janela que surge na tela e escolher um dos sinônimos sugeridos, provocando a substituição.
  - (B) clicar com o botão direito do mouse na palavra para a qual deseja obter sinônimos, selecionar o item Dicionário na janela que surge na tela e escolher um dos sinônimos sugeridos, provocando a substituição.
  - (C) selecionar a aba Inserir, grupo Sinônimo, digitar a palavra para a qual sinônimos deverão ser sugeridos e escolher o sinônimo desejado.
  - (D) selecionar a aba Revisão, grupo Revisão de Texto, e selecionar Sinônimo, digitar a palavra para a qual sinônimos deverão ser sugeridos.
  - (E) selecionar a palavra para a qual deseja obter sinônimos, selecionar a aba Revisão, grupo Alterações, selecionar Sinônimo, digitar a palavra para a qual sinônimos deverão ser sugeridos.



26. Um assistente elaborou uma planilha no Microsoft Excel 2013, em sua configuração padrão para a língua portuguesa, que será usada também por outros colegas. Uma das células que deve ser preenchida por todos não pode receber um valor fora do limite de 0 a 100. Para que ninguém consiga inserir um valor fora dessa faixa, o recurso que deve ser usado nessa célula da planilha para configurar a faixa e mensagens de erro, é o
- (A) Bloqueio de Dados, acessado por meio da guia Fórmula, grupo Limites de Dados.
  - (B) Especificação de Limites, acessado por meio da guia Dados, grupo Faixa de Dados.
  - (C) Limites de Entrada, acessado por meio da guia Fórmulas, grupo Bloqueio de Dados.
  - (D) Limites de Entrada, acessado por meio da guia Inserir, grupo Faixa.
  - (E) Validação de Dados, acessado por meio da guia Dados, grupo Ferramenta de Dados.
- 
27. Foi especificada a aquisição de um microcomputador com uma porta USB-C. Essa porta apresenta como uma de suas características
- (A) a transferência de dados de até 1 Gbps, insuficiente para a transmissão de vídeos de padrão 4K para monitores externos ao computador.
  - (B) compatibilidade mecânica com as portas USB 3.1.
  - (C) permitir que a carga de dispositivos, como *smartphones*, seja mais lenta, pois esse padrão fornece menos potência do que portas USB 3.1.
  - (D) possuir encaixe simétrico sem polarização, podendo ser encaixado de qualquer um de seus lados.
  - (E) suportar cargas de até 10 W.
- 
28. O Google Documentos da plataforma G Suite permite criar e editar documentos de texto diretamente no navegador sem o uso de *software* dedicado, sendo possível
- (A) importar documentos do Microsoft Word para torná-los instantaneamente editáveis e exportar documentos em diversos formatos (.docx, .odt, .rtf, .txt ou .html), exceto .pdf.
  - (B) trabalhar em um único documento, de forma compartilhada, em equipes, visualizando edições à medida que outras pessoas forem digitando e comunicando-se por meio do bate-papo integrado.
  - (C) controlar as alterações feitas em seus documentos e desfazer alterações, lembrando sempre que as versões anteriores do documento são mantidas por apenas 24 horas e usam parte do espaço de armazenamento disponível.
  - (D) decidir quem tem acesso a cada documento ou pasta e conceder a indivíduos ou grupos o direito de editar e visualizar documentos. Porém, não é possível conceder o direito de adicionar comentários.
  - (E) criar, editar e compartilhar documentos em iPhone, iPad ou dispositivo Android. Porém, em navegadores como o Google Chrome só é possível trabalhar em documentos quando estiver *on-line*.
- 
29. Após uma intensa busca na Internet utilizando o Google Chrome, um assistente finalmente encontrou em um *site* um conteúdo importante que buscava. Porém, fechou acidentalmente a guia (ou aba) onde o *site* estava aberto. Como não queria fazer toda a busca novamente, para abrir a última guia que foi fechada utilizou, no computador da linha PC que estava usando, a combinação de teclas
- (A) Ctrl + Shift + T
  - (B) Ctrl + Shift + Z
  - (C) Alt + Tab
  - (D) Ctrl + Alt + Tab
  - (E) Ctrl + T
- 
30. Um assistente usa um computador onde todos os *softwares* e seu *webmail* estão na configuração padrão. Ao receber uma mensagem de *e-mail* com um arquivo anexado, baixou o arquivo no seu computador, de forma que ele não foi executado nem pelo assistente, nem por qualquer mecanismo automático de execução. Se esse arquivo contiver um vírus,
- (A) a caixa de entrada do *webmail* do assistente foi contaminada assim que o *e-mail* foi recebido.
  - (B) o computador do assistente foi contaminado assim que a mensagem de *e-mail* foi aberta.
  - (C) o computador do assistente não foi contaminado porque o arquivo não foi executado.
  - (D) o computador do assistente foi contaminado assim que o arquivo foi gravado no disco.
  - (E) todos os servidores e computadores por onde o arquivo passou foram infectados.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Nos termos do que determina a Constituição da República Federativa do Brasil, acerca dos direitos e garantias fundamentais,
- (A) qualquer cidadão é parte legítima para propor mandado de injunção que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
  - (B) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tortura, terrorismo ou tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
  - (C) conceder-se-á *habeas data* para assegurar ao impetrante o conhecimento de informações relativas a qualquer pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
  - (D) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do dano causado pelo infrator.
  - (E) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- 
32. Depois de um longo período de desemprego, José da Silva foi contratado pela empresa Lar Doce Lar Ltda. para trabalhar como vendedor em uma loja de materiais de construção. Dentre os direitos sociais previstos na Constituição Federal, José da Silva fará jus
- (A) à participação nos lucros, ou resultados, vinculada à sua remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
  - (B) à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e oito semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
  - (C) ao seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
  - (D) à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.
  - (E) ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta e cinco dias, nos termos da lei.
- 
33. Adam Baker, brasileiro naturalizado, de 27 anos, residente há 8 anos no Brasil, decidiu ingressar na política a fim de contribuir com o seu trabalho para a melhoria da situação social do povo brasileiro. Considerados apenas os dados fornecidos, à luz das pertinentes condições de elegibilidade estabelecidas na Constituição Federal, Adam poderá concorrer ao seguinte cargo eletivo:
- (A) Governador do Estado.
  - (B) Senador.
  - (C) Deputado Federal, situação em que, se eleito, poderá, inclusive, pleitear a presidência da Câmara dos Deputados.
  - (D) Deputado Estadual, situação em que, se eleito, poderá, inclusive, pleitear a presidência da Assembleia Legislativa.
  - (E) Vice-Presidente da República.
- 
34. Sobre a Organização do Estado, notadamente no que tange às normas relativas aos Municípios, a Constituição Federal estabelece que
- (A) as contas dos Municípios ficarão, durante 60 dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
  - (B) a eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito será realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras acerca da possibilidade de realização de segundo turno, no caso de Municípios com mais de 150 mil eleitores.
  - (C) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
  - (D) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
  - (E) o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por 2/3 dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.



35. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal acerca dos princípios gerais de direito tributário,
- (A) somente por Emenda à Constituição será possível regular as limitações constitucionais ao poder de tributar, em razão de se tratar de matéria atinente aos direitos e garantias fundamentais.
  - (B) medida provisória poderá dispor sobre normas gerais de definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.
  - (C) à lei ordinária de cada ente federativo caberá dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
  - (D) decreto do Presidente da República poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
  - (E) cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas, entre outros aspectos especificados no texto constitucional.

36. À luz do que estabelece a Constituição Federal, sobre a repartição das receitas tributárias, pertencem aos Municípios
- (A) 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
  - (B) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
  - (C) 20% do produto da arrecadação de impostos residuais que a União vier a instituir, não cumulativos e que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.
  - (D) 25% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, ou 50% caso o Município opte por, na forma da lei, fiscalizar e cobrar o referido tributo.
  - (E) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

37. Segundo o que estabelece a Constituição Federal acerca do imposto sobre serviços de qualquer natureza,
- I. suas alíquotas máximas e mínimas serão fixadas mediante resolução do Senado Federal.
  - II. compete ao Distrito Federal a sua instituição, como a dos demais impostos municipais.
  - III. medida provisória poderá excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior, a fim de regular a balança comercial.
  - IV. lei complementar regulará a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais que poderão vir a ser concedidos e revogados.
  - V. competirá à União a receita do referido imposto cobrado pelos municípios situados em Território Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e V.
- (C) I e III.
- (D) IV e V.
- (E) II e IV.

38. Nos termos do que estabelece a Constituição Federal acerca das normas relativas aos orçamentos,
- (A) a lei que instituir o plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da Administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
  - (B) os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelo Senado Federal, na forma do seu regimento interno.
  - (C) é vedada a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - (D) nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão na lei de diretrizes orçamentárias, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
  - (E) as emendas ao projeto do plano plurianual não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com a lei orçamentária anual.

**Noções de Direito Administrativo**

39. A terceirização no âmbito da Administração pública gerencial
- (A) implica necessariamente adoção de uma política de concessão de serviços públicos, estabelecendo-se uma relação de eficiência e resultados.
  - (B) pode não envolver a adoção do modelo de concessão de serviços públicos, referindo-se apenas à contratação de serviços e atividades de cunho eminentemente material, observada a lei de licitações.
  - (C) exige a adoção de política de privatizações e concessões, pois delas a terceirização e a delegação são espécies.
  - (D) consiste no trespasse, sob regime de exclusividade, da execução de serviços públicos essenciais para a iniciativa privada.
  - (E) depende da transferência de titularidade de serviços públicos, diferentemente da delegação, que trespassa apenas a execução daquelas atividades.
- 
40. Uma sociedade de economia mista estadual criada em 1990 no âmbito da administração de determinado estado presta serviços técnicos especializados em conservação e desenvolvimento rural e ambiental, tais como recuperação e conservação de solo e de nascentes. O estado contratou a empresa para execução de serviços de medição, avaliação e realização de estudos para desenvolvimento econômico de seus imóveis rurais. A medida
- (A) viola o princípio da isonomia, tendo em vista que a empresa não é a única no mercado que desenvolve os serviços objeto da contratação.
  - (B) é lícita e regular, caso a contratação tenha se dado por inexigibilidade de licitação.
  - (C) é regular e observa a lei de licitações, que permite, no caso como descrito, a contratação de empresa integrante da Administração indireta estadual.
  - (D) configura ato ilícito, tendo em vista que as empresas estatais submetem-se a regime jurídico típico das empresas privadas, sendo necessária a realização de prévio procedimento licitatório.
  - (E) pode configurar ato de improbidade se restar configurado prejuízo ao erário, considerando que não há dispositivo legal autorizando a contratação direta da empresa estatal.
- 
41. Dentre as cláusulas e disposições obrigatórias de serem inseridas nos contratos de Parceira Público-Privada, está a
- (A) necessidade de avaliação de desempenho da concessionária para cálculo de remuneração variável.
  - (B) repartição de riscos entre as partes, não sendo necessariamente a concessionária integralmente responsável por todos os investimentos e riscos decorrentes da relação.
  - (C) imposição de garantias prestadas pelo concessionário em favor da Administração pública, considerando que os riscos do contrato são integralmente alocados para aquele.
  - (D) de avaliação de desempenho da concessionária e do poder concedente, no que se refere às obrigações e riscos assumidos no contrato.
  - (E) possibilidade de alteração unilateral pelas partes, desde que diante de fatos supervenientes que alterem a matriz de riscos do contrato.
- 
42. A edição de lei autorizativa para que o Poder Executivo possa exigir a adoção de determinadas práticas preventivas pelos comerciantes sujeitos à sua fiscalização importa
- (A) o exercício de funções típicas do Executivo pelo Legislativo, em caráter excepcional, porque referentes à imposição de obrigações.
  - (B) exercício de poder de polícia pelo Legislativo, excepcionalmente, tendo em vista que aquele poder é exclusivamente exercido pelo Executivo, indelegável em qualquer de seus aspectos.
  - (C) em ato administrativo complexo praticado por órgãos distintos da Administração pública.
  - (D) expressão de função típica do Legislativo, de imposição de obrigações aos administrados por meio de lei, o que também enseja controle da atuação do Executivo.
  - (E) atuação ordinária pela Administração pública, que deve ser expressamente prevista em lei, não cabendo espectro discricionário em se tratando de ato impositivo de obrigações.
- 
43. Um ato de natureza vinculada praticado pela autoridade máxima de determinado órgão ou entidade da Administração pública, desfavorável a um administrado,
- (A) pode ser objeto de recurso hierárquico impróprio, mesmo que não haja previsão para tanto, tendo em vista o direito do administrado de revisão dos atos administrativos.
  - (B) não pode ser objeto de recurso administrativo, porque esgotadas as instâncias hierárquicas, inexistindo margem de alteração.
  - (C) não pode ser objeto de recurso ou revisão judicial, em razão de sua natureza vinculada.
  - (D) pode ser objeto de pedido de reconsideração, não havendo, contudo, instância recursal competente.
  - (E) depende de previsão expressa em lei para que seja viável a interposição de recurso, sob pena de remessa da questão ao Poder Judiciário.



44. A responsabilidade extracontratual prevista constitucionalmente para a Administração pública
- (A) destina-se a regular os serviços públicos prestados exclusivamente pela Administração direta ou pelas pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração indireta.
  - (B) sujeita-se à modalidade subjetiva no caso de atos omissivos ou comissivos lícitos praticados por agentes públicos.
  - (C) abrange as pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração indireta, não se estendendo aos demais entes, porque sujeitos ao regime jurídico de direito privado.
  - (D) é sempre objetiva, tanto para a Administração direta, quanto para a Administração indireta, salvo hipóteses em que não se comprovar a ocorrência de culpa de agente público para os danos causados.
  - (E) se estende às pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos, mesmo que não integrantes da Administração indireta, comprovada a ocorrência de danos concretos e o nexo causal destes com a conduta de seus empregados.
- 
45. Um escritório particular de contabilidade está prestando serviços como se repartição pública fosse. Sob pretexto de cancelar débitos supostamente indevidos, vem cobrando de administrados que o procuram taxas e honorários, para, em verdade, apresentar requerimentos junto ao poder público competente. Diante desse cenário, a Administração pública
- (A) deve pleitear judicialmente a intervenção das atividades realizadas no âmbito do escritório particular.
  - (B) pode notificar a empresa para regularizar as atividades em curso, não lhe sendo permitida qualquer intervenção, por não configurar risco à saúde ou população.
  - (C) pode lançar mão de seu poder de polícia para interditar as atividades inequivocamente irregulares praticadas pela empresa privada.
  - (D) depende da caracterização de risco ou prejuízo concreto para exercício de poder de polícia, de natureza essencialmente repressiva.
  - (E) não pode adotar qualquer medida em face da empresa privada, tendo em vista que a atuação da mesma se dá em resposta à solicitação voluntária dos interessados.
- 
46. A organização administrativa descentralizada tem como característica inerente ao modelo
- (A) o estabelecimento de estruturas hierarquizadas nas diversas pessoas jurídicas que compõem a Administração indireta, com servidores com vínculo funcional estatutário, porque representantes de atividades estatais.
  - (B) a criação de pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta, variados os regimes jurídicos a que se sujeitam, mas comum entre elas a obrigatoriedade de submissão a concurso público para contratação de empregados públicos.
  - (C) a competência para edição de atos administrativos discricionários e vinculados, vedada a delegação de poder normativo, privativo da Administração central.
  - (D) os poderes disciplinar e hierárquico, que projetam efeitos sobre os servidores estatutários e celetistas que integram seus quadros, bem como sobre terceiros contratados para prestação de serviços de quaisquer natureza.
  - (E) o enquadramento, para fins de caracterização de sujeito ativo de ato de improbidade, dos servidores e administradores integrantes das diversas pessoas jurídicas que integram, à exceção daquelas sujeitas a regime jurídico de direito privado, como preservação da igualdade de concorrência.

#### Noções de Direito Tributário e Legislação Municipal

47. A Constituição Federal contempla várias regras que limitam o poder de tributar da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De acordo com o texto constitucional,
- (A) o IPVA, taxa municipal, deve ser lançado e cobrado pelo Município em que o veículo está licenciado.
  - (B) o ITBI, imposto municipal, está sujeito aos princípios da anterioridade de exercício, da anterioridade nonagesimal (noventena) e da irretroatividade.
  - (C) as taxas instituídas pelos Municípios não estão sujeitas ao princípio da legalidade.
  - (D) o IPVA, tributo municipal, deve ser lançado e cobrado pelo Município em que o veículo efetivamente circula.
  - (E) as contribuições de melhoria instituídas pelos Municípios não estão sujeitas ao princípio da legalidade.
- 
48. Autoridade fiscal do Município de Manaus constatou que, em 2015, a Fazenda Pública municipal deixou de promover o lançamento do IPTU daquele exercício, relativamente a diversos imóveis localizados em seu território. Considerando: (1) o disposto no Código Tributário Nacional acerca desta matéria; (2) que nada impedia que o referido lançamento já fosse efetuado no próprio exercício de 2015; e (3) que não houve a notificação, aos respectivos sujeitos passivos, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento; o prazo
- (A) prescricional para a efetuação do referido lançamento teve início em fevereiro de 2015.
  - (B) decadencial para a efetuação do referido lançamento teve início em janeiro de 2015.
  - (C) prescricional para a efetuação do referido lançamento teve início em janeiro de 2016.
  - (D) decadencial para a efetuação do referido lançamento teve início em janeiro de 2016.
  - (E) prescricional para a efetuação do referido lançamento teve início em janeiro de 2015.



49. De acordo com a Lei municipal nº 2.251, de 02 de outubro de 2017, do Município de Manaus, o regime especial de tributação fixa anual do ISSQN foi instituído para
- (A) as unidades profissionais de produção artesanal, cujos profissionais sejam de nacionalidade estrangeira, estejam domiciliados no Município de Manaus há mais de 2 anos e detenham o *status* de refugiados.
  - (B) as empresas com estabelecimento único dentro do Município de Manaus e que prestem serviços exclusivamente a tomadores localizados em outros Municípios.
  - (C) as empresas de transporte de mercadorias ou pessoas, que realizarem transporte interestadual ou intermunicipal, com início no Município de Manaus.
  - (D) os detentos que prestam serviços a tomadores localizados ou domiciliados no Município de Manaus, desde que eles sejam portadores de autorização judicial para trabalhar fora dos presídios, e que a pena remanescente corresponda a menos de 50% do total a que foi condenado.
  - (E) os profissionais autônomos, regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário Municipal e para as sociedades uniprofissionais.
- 
50. A Administração tributária é atividade vinculada, essencial ao Município. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Manaus, a Administração tributária, no que se refere às atividades típicas de Estado, será exercida, com o auxílio dos cargos componentes da carreira fazendária, por meio de auditores fiscais e fiscais de tributos municipais, autoridades administrativas com competência
- (A) exclusiva para constituir o crédito tributário e penalidades relativas a todos os tributos municipais, mediante notificação de lançamento ou auto de infração.
  - (B) concorrente para elaborar e proferir decisões em processo contencioso tributário e para responder consultas em matéria administrativa, financeira e tributária.
  - (C) exclusiva para elaborar textos legais de anteprojetos de lei que versem sobre matéria tributária e com competência concorrente para realizar diligências, perícias, laudos e despachos em processos administrativos.
  - (D) exclusiva para a realização de diligências em processos administrativos, excluída a competência para proceder à elaboração de laudos e perícias nesses mesmos processos.
  - (E) concorrente para realizar perícias e laudos em processos administrativos e para elaborar textos legais de anteprojetos de lei que versem sobre matéria tributária.
- 
51. O Código Tributário Nacional estabelece regras relativas ao sujeito ativo e ao sujeito passivo de obrigações tributárias. De acordo com esse Código,
- (A) o sujeito ativo da obrigação principal é a pessoa natural ou jurídica obrigada ao pagamento de imposto devido antecipadamente por substituição tributária.
  - (B) diferencia-se o sujeito ativo do sujeito passivo da obrigação acessória, porque o primeiro é o que paga o tributo antes do vencimento, enquanto que o segundo é o que paga tributo vencido, com os devidos acréscimos legais.
  - (C) o sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
  - (D) o sujeito passivo de obrigação acessória é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo por meio de estampilha ou selo.
  - (E) o sujeito ativo é o contribuinte de obrigação acessória, enquanto que o sujeito passivo é o sujeito ativo que deixou de pagar tributo no prazo fixado em lei.
- 
52. A Lei Complementar federal nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Simples Nacional) estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De acordo com esta Lei, as normas gerais por ela estabelecidas dizem respeito a várias matérias, dentre as quais se encontra a
- (A) dispensa de cadastramento da empresa, nos termos de regulamentação estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, no exercício em que iniciar suas atividades, desde que a expectativa de faturamento, nesse exercício, seja inferior a R\$ 155.300,00.
  - (B) isenção, por período não inferior a 2 anos, de impostos sobre o patrimônio e de contribuições previdenciárias, inclusive de contribuições de melhoria.
  - (C) dispensa de cadastramento da empresa e de emissão de documentos fiscais, no exercício em que iniciar suas atividades, quando a expectativa de faturamento, nesse exercício, for inferior a R\$ 155.300,00.
  - (D) dispensa de cadastramento da empresa e de emissão de documentos fiscais, no exercício em que iniciar suas atividades, e no exercício subsequente, quando a expectativa de faturamento, nesse exercício, for inferior a R\$ 310.600,00.
  - (E) apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.



53. De acordo com a Lei Complementar federal nº 116/2003, que dispõe sobre o ISSQN e dá outras providências, a alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, exceto para os serviços eventualmente indicados na referida lei, é de
- (A) 2,0%.
  - (B) 3,0%.
  - (C) 1,0%.
  - (D) 2,5%.
  - (E) 1,5%.
- 
54. De acordo com o que estabelece a Lei municipal nº 1.628, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o IPTU no Município de Manaus, o lançamento deste imposto:
- I. Será efetuado no nome do contribuinte constante no Cadastro Imobiliário Municipal, com base nos elementos cadastrais.
  - II. Está sujeito a um prazo decadencial não inferior a 8 anos, quando for constatada a existência de edificações clandestinas.
  - III. Será efetuado de ofício, anualmente, por meio de ato normativo editado pelo chefe do Poder Executivo Municipal.
  - IV. Levará em conta a situação da unidade imobiliária nos 5 exercícios imediatamente anteriores.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
  - (B) II e IV, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) III e IV, apenas.
- 
55. A Constituição Federal outorga competência para as pessoas jurídicas de direito público interno instituírem impostos. De acordo com o texto constitucional e com a legislação tributária nacional em vigor, compete aos Municípios instituir impostos sobre
- (A) a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, inclusive por doação, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
  - (B) serviços de qualquer natureza, inclusive de transporte intramunicipal, definidos em lei complementar.
  - (C) a propriedade predial e territorial urbana e rural.
  - (D) a transmissão, a qualquer título, inclusive *causa mortis*, exclusivamente de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
  - (E) serviços de qualquer natureza, inclusive de transporte intermunicipal, definidos em lei ordinária municipal específica.
- 
56. O Decreto municipal nº 681, de 11 de julho de 1991, regulamenta o Processo Administrativo Fiscal de determinação e exigência dos créditos tributários do Município e o de consulta sobre interpretação ou aplicação da legislação municipal, observadas as normas emanadas da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e do Código Tributário. De acordo com o referido Decreto, na tramitação deste processo, observar-se-á
- (A) o sigilo e a ausência de publicidade dos atos decisórios e dos termos procedimentais que requeiram a ciência do interessado.
  - (B) a garantia do contraditório e da ampla defesa ao sujeito ativo.
  - (C) a preponderância do interesse da Fazenda Pública, como representante da coletividade, em detrimento do interesse particular.
  - (D) a designação dos órgãos julgadores e os recursos cabíveis contra as respectivas decisões.
  - (E) a exclusão do crédito durante a tramitação de impugnação ou recurso.

**Noções de Administração Pública**

57. Entre as características próprias do modelo de Administração Pública patrimonialista destaca-se
- (A) disseminação de práticas como clientelismo e nepotismo.
  - (B) nítida separação entre patrimônio público e o dos governantes.
  - (C) departamentalização da Administração e especialização técnica dos funcionários.
  - (D) ausência de controles formais e ênfase no controle de resultados.
  - (E) foco na preservação do patrimônio público com ênfase na meritocracia.
- 
58. Uma das teorias difundidas que busca explicar o fenômeno da motivação no ambiente organizacional é a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, apresentada por Maslow, segundo a qual
- (A) o indivíduo médio não possui motivação para o trabalho, razão pela qual necessita ser compelido à realização de tarefas a partir de uma sequência de incentivos e desincentivos, na forma de reforço positivo e negativo.
  - (B) cada indivíduo possui uma escala própria de necessidades a serem supridas, alguns deles priorizando aspectos de valorização e estima em detrimento de necessidades básicas, de forma que descabe uma hierarquização padronizada das necessidades humanas.
  - (C) a motivação é um fenômeno complexo, que envolve a combinação de diferentes variáveis, algumas objetivas e outras subjetivas, as quais podem ser agrupadas na forma de uma pirâmide em cujo topo estão as necessidades de subsistência.
  - (D) determinadas necessidades básicas, como as fisiológicas e de segurança, precedem outras como as sociais e de autor-realização, de forma que o indivíduo somente se sentirá estimulado a buscar estas últimas se as primeiras já estiverem satisfeitas.
  - (E) a forma mais eficiente de motivar os indivíduos para a realização de tarefas e persecução dos objetivos da organização é mediante o estabelecimento de uma pirâmide organizacional, individualizando as condutas e sua relação com as metas estabelecidas.
- 
59. Os estilos clássicos de liderança desenvolvidos a partir dos estudos de Kurt Lewin nos anos de 1930, que passaram a ser conhecidos como os Três de White e Lippitt, são:
- (A) carismático, legitimado e impositivo.
  - (B) consultivo, participativo e diretivo.
  - (C) autocrático, democrático e liberal.
  - (D) burocrático, gerencial e consensual.
  - (E) autocrático, burocrático e gerencial.
- 
60. No que concerne aos níveis fundamentais da cultura organizacional, ordinariamente apontados pela doutrina, tem-se que os valores representam
- (A) os aspectos mais visíveis da cultura, sendo também denominados artefatos observáveis.
  - (B) a camada intermediária da cultura, nem sempre sendo possível visualizá-los com facilidade.
  - (C) os pressupostos básicos da cultura, situados em seu nível mais profundo.
  - (D) os aspectos exógenos da cultura, apenas vislumbrados por agentes externos.
  - (E) a forma de consolidação da cultura, também denominados ritos de confirmação.
- 
61. A avaliação de desempenho no âmbito das organizações públicas e privadas pressupõe a utilização de métricas, voltadas a diferentes aspectos envolvidos na mensuração de resultados. Nesse sentido, tem-se que os indicadores
- (A) constituem parâmetros que permitem aferir o grau de alcance dos objetivos ou metas fixadas no âmbito da organização.
  - (B) são medidas estritamente financeiras ligadas à produtividade da organização, não se prestando a medição e outros aspectos.
  - (C) somente podem ser estabelecidos após a efetiva aferição dos resultados obtidos, já que a fixação prévia pode comprometer sua função valorativa.
  - (D) constituem os próprios objetivos fixados pela organização, enquanto os critérios correspondem à métrica de aferição dos resultados alcançados.
  - (E) possuem apenas função indutiva, correspondendo à indicação das finalidades institucionais, desdobradas em metas e critérios.



62. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a licitação para contratação de serviços técnico especializados
- (A) pode ser dispensada, a critério da autoridade competente, desde que o valor estimado do objeto não ultrapasse R\$ 650.000,00 e se trate de empresa ou profissional certificado por entidade independente.
  - (B) é sempre inexigível, em face da natureza intelectual do objeto, vedada a sua realização sob qualquer modalidade, salvo melhor técnica, admitida quando viável o estabelecimento de metodologia de execução passível de pontuação.
  - (C) é inexigível apenas para serviços de publicidade e propaganda, desde que contratados a preços compatíveis com os praticados no mercado e assegurada a isonomia entre potenciais interessados.
  - (D) somente é dispensada quando se tratar de projetos de engenharia de alta complexidade, indispensáveis para execução de obras de grande vulto e desde que comprovada a experiência da empresa ou profissionais contratados mediante atestados de qualificação técnica.
  - (E) afigura-se inexigível apenas quando verificada a inviabilidade de competição, em face da singularidade do objeto e desde que comprovada a notória especialização da empresa ou profissional contratado.
- 
63. Suponha que determinado órgão público pretenda proceder à avaliação de desempenho de seus servidores para fins de atribuição de parcela remuneratória atrelada ao bom desempenho funcional, valendo-se de metodologia comumente utilizada no setor privado, denominada Avaliação 360º ou Circular. Para aplicar tal metodologia será necessário proceder
- (A) à prévia definição da missão, visão e valores do órgão, que constituem premissas para a pontuação na metodologia adotada.
  - (B) exclusivamente à avaliação pelo superior hierárquico do avaliado, sendo dispensada a oitiva de outros colaboradores.
  - (C) à contratação de um avaliador independente, não sendo recomendável a avaliação por aqueles que interagem com o avaliado no ambiente de trabalho.
  - (D) à autoavaliação, feita pelo próprio servidor, além de colher *feedbacks* (retornos) daqueles que se relacionam com o avaliado.
  - (E) a uma amostragem representativa de todos os avaliados, com a extrapolação dos resultados obtidos para todos os que se inserem no mesmo perfil ou categoria.
- 

#### Administração Financeira e Orçamentária

64. A Lei de Diretrizes Orçamentárias de um determinado ente público municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, deve
- (A) conter, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Demonstrativo da Projeção de Resultados do referido ente.
  - (B) dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas bem como sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
  - (C) dispor sobre os procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos decorrentes da execução orçamentária e financeira, sobre o exercício financeiro bem como sobre a organização da Lei Orçamentária Anual do referido ente.
  - (D) compreender o Orçamento de Investimento das Empresas em que o referido ente, direta ou indiretamente, detenha a maior parte do patrimônio.
  - (E) compreender o demonstrativo relativo à apuração da receita corrente líquida bem como à previsão de seu desempenho até o final do exercício a que se refere tal Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 
65. De acordo com o Ementário da Natureza de Receita, a receita arrecadada em fevereiro de 2019 no valor de R\$ 1.250.000,00 com Contribuição de Melhoria para Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural deve ser classificada, quanto à
- (A) espécie, como Contribuição de Melhoria.
  - (B) origem, como Contribuições.
  - (C) origem, como Contribuição de Melhoria.
  - (D) espécie, como Receitas Correntes.
  - (E) categoria econômica, como Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.
-





Atenção: Para responder às questões 66 a 68, utilize as informações abaixo.

Em 12/12/2018, o ordenador de despesas de um determinado ente público municipal empenhou despesa no valor de R\$ 3.460,00 referente à aquisição de material de copa e cozinha, sendo que tal material foi adquirido para ser utilizado pelo pessoal alocado no referido ente para o desenvolvimento de suas atividades. Em 19/12/2018, todo o material adquirido foi entregue pelo fornecedor e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho. A despesa foi paga, pelo valor total de R\$ 3.460,00, em 18/01/2019.

66. Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, uma despesa orçamentária foi realizada em
- (A) 12/12/2018 e em 31/12/2018 o ente público municipal inscreveu o valor de R\$ 3.460,00 em restos a pagar processados.
  - (B) 19/12/2018 e em 31/12/2018 o ente público municipal inscreveu o valor de R\$ 3.460,00 em restos a pagar processados.
  - (C) 18/01/2019 e em 31/12/2018 o ente público municipal inscreveu o valor de R\$ 3.460,00 em restos a pagar processados.
  - (D) 12/12/2018 e em 31/12/2018 o ente público municipal inscreveu o valor de R\$ 3.460,00 em restos a pagar não processados.
  - (E) 19/12/2018 e em 31/12/2018 o ente público municipal inscreveu o valor de R\$ 3.460,00 em restos a pagar não processados.
- 
67. Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, para a formalização do empenho da despesa ocorrido em 12/12/2018 foi emitido um documento denominado
- (A) Ordem Bancária de Pagamento, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para o pagamento da referida despesa.
  - (B) Ordem de Liquidação, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para a liquidação da referida despesa.
  - (C) Comprovante de Empenho, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para o pagamento da referida despesa.
  - (D) Nota de Empenho, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para a liquidação da referida despesa.
  - (E) Nota de Pagamento, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para o recolhimento da referida despesa.
- 
68. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, a despesa com a aquisição de material de copa e cozinha foi executada por meio da dotação orçamentária classificada
- (A) na modalidade de aplicação 32 – Material de Copa e Cozinha.
  - (B) no grupo de natureza da despesa 4 – Despesas de Capital.
  - (C) no elemento de despesa 30 – Material de Consumo.
  - (D) na categoria econômica 3 – Outras Despesas Correntes.
  - (E) na categoria econômica 4 – Investimentos.
- 
69. A modalidade de licitação denominada pregão pode ser utilizada por um ente público, de acordo com a Lei nº 10.520/2002, dentre outras situações, para a
- (A) contratação de empresa especializada para a revitalização da infraestrutura viária com base no critério de melhor técnica e melhor preço.
  - (B) aquisição de insumos laboratoriais, em até 7 dias úteis após a publicação de aviso no diário oficial do referido ente, cujos padrões de qualidade são específicos e, portanto, não foram definidos no edital de licitação.
  - (C) contratação de serviços técnicos profissionais especializados de notório saber para a realização de auditorias financeiras e tributárias.
  - (D) aquisição de equipamentos de segurança, em até 6 dias úteis após a publicação de aviso no diário oficial do referido ente, cujos padrões de desempenho são avaliados subjetivamente.
  - (E) contratação de mão de obra em serviços comuns de pintura das paredes internas do prédio de uma unidade pertencente ao referido ente.
- 
70. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o pagamento de restos a pagar processados no valor de R\$ 89.000,00 corresponde a
- (A) uma despesa orçamentária de capital.
  - (B) uma despesa orçamentária corrente.
  - (C) uma variação patrimonial diminutiva.
  - (D) um ingresso extraorçamentário.
  - (E) um dispêndio extraorçamentário.